

Foi bom que a primeira reunião da equipe econômica do governo Itamar Franco com dirigentes de supermercados e da indústria de alimentos tenha transcorrido num clima de mútuo entendimento sobre os desvios de preços na virada do ano, e gerado o consenso de que o comércio e a indústria devem se unir ao governo no combate à inflação.

A inflação é o inimigo número um da sociedade brasileira. Na última década, a disparada da inflação, instigada pelo descontrole das contas públicas, de um lado, e os vícios da indexação, pelo lado privado, levou à recessão, ao desemprego e à maior perda de renda que se tem notícia no país: 10% nos últimos 30 meses. O Brasil recuou treze anos, com a renda *per capita* voltando aos níveis de 1979.

A deterioração do quadro social, como pano de fundo da crise econômica, recomenda urgência nas iniciativas oficiais para reverter a situação, mas pede, também, redobrada colaboração do setor privado e dos trabalhadores para que o quadro não se deteriore, enquanto as políticas compensatórias da recessão e do desemprego não surtem efeito.

A negociação é a palavra de ordem para a montagem de alianças políticas permanentes, ou transitórias, visando a dar suporte a cada iniciativa do Executivo junto ao Legislativo. E também para a "administração compartilhada" entre os executivos federal, estaduais e municipais das responsabilidades do Estado para com a sociedade, conforme os princípios do entendimento do ajuste fiscal e das reformas da economia já anunciados pelo governo Itamar Franco.

A reafirmação do princípio da negociação permitiu, de imediato, que o governo descartasse publicamente o recurso a métodos antigos para combater um problema tão velho no Brasil como a inflação ou a remarcação abusiva de preços. A recusa do intervencionismo estatal no controle de preços reforça o sentido de responsabilidade e de autofiscalização por parte dos industriais e comerciantes.

Os agentes econômicos precisam assimilar rapidamente o significado maior da primeira reunião da equipe econômica do governo Itamar Franco com o empresariado. A decisão de abdicar da cobrança por meios impositivos não implica cruzar os braços diante dos abusos. A opção pela economia de mercado significa que o governo não recorrerá aos velhos métodos pelos quais o Estado favorecia setores privados.

Com a concentração das ações do Estado no campo social, a retomada do crescimento deve ser liderada pelo setor privado, mas por seus próprios meios. E neste cenário — definido com clareza no discurso de posse do presidente Itamar Franco sobre a função do governo e do setor privado —

que os verdadeiros empresários precisam assumir o seu papel.

O verdadeiro empresário é o capitalista que mobiliza recursos próprios ou de terceiros e assume os riscos na montagem de empreendimentos. A qualificação de empresário ganhou aplicação um tanto elástica no Brasil, durante o período áureo do crescimento econômico, quando à sombra dos governos autoritários prosperou o tráfico de influência.

Na fase do vale tudo, quem acumulava dinheiro, por meios que nem sempre seguiam os caminhos do mérito de uma nova tecnologia, de um esforço de *marketing* ou de uma criativa engenharia financeira, era considerado empresário. O grande industrial foi indevidamente nivelado ao comerciante varejista, ao especialista em tomar dinheiro do governo e aos donos da noite, que usavam de influência até para parar o trânsito com o estacionamento em fila tripla em frente às casas noturnas.

Os escândalos do governo Collor, esquadrinha-dos pela Polícia Federal, trouxeram à baila os métodos nada ortodoxos utilizados pelos donos de cartórios para continuarem sob a proteção do governo. Alguns se curvaram às chantagens da quadrilha de PC Farias, mas a convivência do silêncio às contribuições insinua a continuidade de uma velha prática. Poucos tiveram a coragem de denunciar o abuso dos falsos intermediários do Estado. Esses confirmaram ser verdadeiros empresários.

A economia de mercado, com risco e sentido social da responsabilidade, vai distinguir os verdadeiros empreendedores. O comerciante que lucra administrando ganhos financeiros com a desova à vista dos estoques comprados a prazo tem menos méritos do que um grande produtor rural, que se arrisca às incertezas do clima, ou do que um fabricante de bens intermediários, de capital, ou de consumo.

Nessa nova fase da economia brasileira, é fundamental que o sistema financeiro esteja à altura das responsabilidades confiadas à iniciativa privada. Os bancos não podem se limitar à função de corretores da poupança privada (das empresas e indivíduos) que vai financiar a rolagem diária das dívidas estaduais, municipais e federais.

O equacionamento do endividamento público depende do ajuste fiscal. Mas, não é necessário aparecer um economista (com fórmulas para tudo na pasta) capaz de apresentar o caminho da redução dos juros. O setor produtivo não agüenta o prolongamento da recessão e dos juros altos. O governo, os bancos e o setor produtivo já poderiam ir programando reuniões intersetoriais para tentarem aprofundar a redução iniciada na interinidade do governo Itamar Franco.